

**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Ex. ma Sr.ª Presidente da Assembleia da República**

No seu parecer sobre a Conta Geral do Estado de 2010, o Tribunal de Contas apresenta um ponto de situação relativo à adopção do Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP) por parte dos Serviços Integrados e dos Serviços e Fundos Autónomos.

O levantamento efectuado pelo Tribunal de Contas junto do Ministério das Finanças, da GeRAP e de diversos serviços do Estado permitiu àquela entidade concluir que no final de 2010 eram ainda 322 os serviços que mantinham uma contabilidade orçamental (de “caixa”), correspondentes a 59,7% dos organismos da administração central. Mais adianta o Tribunal de Contas que, *“em 2009, a maioria dos SFA já tinha em aplicação o POCP e, ao contrário, (...) a aplicação nos serviços integrados só começou, em rigor, em 2010.”*

Recorrendo ao calendário de adesão ao POCP divulgado pela DGO e à informação fornecida pelos próprios serviços, o Tribunal de Contas concluiu pela existência de seis organismos que não preveem a adesão ao POCP até 2013, entre os quais se inclui a Comissão Nacional de Protecção de Dados.

Tal sucede apesar do POCP ter sido aprovado pelo Decreto-Lei n.º 232/97, de 3 de Setembro, o qual determinava, no seu artigo 2.º, n.º 1, que seria *“obrigatoriamente aplicável a todos os serviços e organismos da administração central, (...) que não tenham natureza, forma e designação de empresa pública (...)”*.

Neste contexto, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, os deputados abaixo assinados do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata vêm, através de Vossa Excelência, perguntar à Comissão Nacional de Protecção de Dados seguinte:

1. Qual o motivo pelo qual a Comissão Nacional de Protecção de Dados ainda não procedeu à implementação do Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP)?
2. Que diligências foram já efectuadas e/ou planeadas pela Comissão Nacional de Protecção de Dados no sentido de adoptar o POCP?
3. Qual a data prevista pela Comissão Nacional de Protecção de Dados para a adesão ao POCP?

Palácio de São Bento, quarta-feira, 21 de Março de 2012

Deputado(a)s

DUARTE PACHECO(PSD)

MIGUEL FRASQUILHO(PSD)